

ANÁLISE DA EVIDENCIAÇÃO AMBIENTAL: UMA COMPARAÇÃO ENTRE DUAS EMPRESAS DO SETOR DE PAPEL E CELULOSE NO PERÍODO DE 2006 A 2008

RESUMO

A preocupação com o meio ambiente vem aumentando significativamente, não só pela degradação, mas também pela forma e grau de evidenciação que as empresas divulgam seus impactos ambientais ou os montantes gastos com a preservação para sociedade. O presente estudo objetiva verificar qual o grau de evidenciação ambiental das empresas Aracruz Celulose S.A. e Votorantim Celulose e Papel S.A.. Estas empresas pertencem ao setor de papel e celulose, considerado um dos que mais agride o meio ambiente por seu processo de produção estar ligado diretamente ao meio ambiente. Foram analisados o Relatório da Administração, as Notas Explicativas e os Problemas Ambientais compreendidos entre os anos 2006 a 2008 divulgados no site da BM&FBOVESPA conforme critérios de análise de conteúdo proposto por Paiva (2003). As evidências apontam baixo grau de evidenciação ambiental de ambas as empresas, uma vez que limitaram-se a abordar informações de caráter qualitativo, deixando de informar aos seus usuários quantificações monetárias de seus gastos com o meio ambiente. A falta de uma legislação que determine uma uniformidade na evidenciação ambiental pode ser uma das principais causas da limitada transparência das informações.

Palavras-chave: Contabilidade Ambiental, Evidenciação Ambiental, Meio Ambiente.

1. INTRODUÇÃO

A degradação do meio ambiente, atualmente, tornou-se um dos principais motivos de preocupação da sociedade. Inicialmente, acreditava-se que os recursos naturais eram fontes inesgotáveis e por isso podia-se utilizar os mesmos sem qualquer controle, sem se quer pensar em sua reposição. Os homens pré-históricos utilizavam desses recursos somente o necessário para sua sobrevivência. Devido a sua característica nômade, estavam sempre em constantes mudanças, permitindo que o ambiente se recuperasse e renovasse seus recursos.

Historicamente, com o advento da Revolução Industrial e a busca incessante por matérias-primas o meio ambiente começou a sofrer as conseqüências pelo uso indiscriminado de seus recursos. O homem, moldado pelo sistema capitalista, visava sempre lucros cada vez maiores sem pensar nos prejuízos que estaria causando à natureza. Somente com o aparecimento dos problemas ambientais passou a se falar em conscientização e preservação ambiental (HENDRIKSEN e VAN BREDA, 1999, apud COSTA e MARION, 2006, p. 21).

Após grande período de degradação do seu meio ambiente, os países industrializados perceberam a necessidade de controlar seu processo de industrialização e recuperar os danos já causados. Grande parte desta conscientização deve-se aos consumidores, que agindo ecologicamente correto, passaram a cobrar das empresas um processo de produção que não destruísse o ecossistema do qual tiravam proveito (PAIVA, 2003, p.9).

Diante disso, a sociedade começa a cobrar das empresas atitudes que não degradem o meio ambiente. O Greenpeace, instituição sem fins lucrativos, atua em defesa do meio ambiente, promovendo a paz e inspirando as pessoas a mudar suas atitudes e comportamentos em prol do meio ambiente. Pode ser citado também, o G20, grupo integrado pelas maiores potências do mundo, cujo países integrantes discutem e desenvolvem políticas que busquem promover o crescimento sustentável da economia mundial. A última conferência da ONU para o clima – COP 16 – foi realizada em Cancún, tendo como resultado: a criação do Fundo Verde (países desenvolvidos ajudam países em desenvolvimento a se adaptarem aos impactos ambientais inevitáveis e criarem as bases dos sistemas que visam proteger suas florestas e desenvolver tecnologias limpas); e a extensão do Protocolo de Kyoto para além de 2012, que tem como principal objetivo a redução de CO₂ (dióxido de carbono).

Segundo Paiva (2003, p. 48), as empresas que se preocupam com a preservação ambiental possuem uma melhor aceitação do mercado consumidor:

Quando a empresa passa a valorizar sua relação com o meio ambiente e a tomar medidas preventivas, sua imagem perante a opinião pública tende a apresentar conotação diferenciada. Valorizar sua preocupação com o meio ambiente tem um forte papel, entre outros, na manutenção dos clientes atuais e atração de novos consumidores.

A contabilidade ambiental surge como uma ferramenta para medir e apurar as atividades ligadas ao meio ambiente que provoquem variações no patrimônio da empresa, como confirma Aracéli (2006, p. 11) “Se o uso dos recursos naturais não afetasse as relações econômicas e, principalmente para a contabilidade, o patrimônio das organizações, não haveria necessidade de relatar e medir esses fatos e, portanto ela não seria necessária”.

Nesse contexto, as empresas começaram a divulgar além do conjunto de demonstrações contábeis obrigatórias, outros relatórios como o balanço social que abrange questões ambientais, além de notas explicativas sobre os danos ambientes que causam. Todavia, a precisão da informação ou a sua completude poderia ser questionada pelos stakeholders, uma vez que as informações podem ser incompletas ou imperfeitas (LOPES; MARTINS, 2005, p. 33).

Diante desses aspectos, o presente trabalho busca responder ao seguinte questionamento: Qual o grau de evidenciação ambiental de duas companhias de capital aberto do setor de papel e celulose? Para responder essa questão, selecionou-se as empresas Aracruz Celulose S.A. e Votorantim Celulose e Papel S.A.. No ano de 2009, estas duas empresas passaram por um processo de fusão e aquisição, formando a Fibria Celulose S.A.. A escolha das empresas deve-se ao fato de possuírem grande destaque no país e no mundo, e o setor em que atuam está entre os que mais poluem o meio ambiente. Para responder a este questionamento, a pesquisa se propõe a descrever os conceitos de contabilidade ambiental e a analisar Relatórios de administração, Notas Explicativas e os Problemas Ambientais encontrados no site da Bovespa onde as mesmas divulgam suas informações financeiras, no período de 2006 a 2008. Esta análise será feita de acordo com o modelo proposto por Paiva (2003, p. 84), para, assim, medir o grau de evidenciação.

A técnica utilizada foi a atribuição de pontuação para cada tópico proposto pelo modelo utilizado para mensurar o grau de evidenciação conforme Paiva (2003). Buscou-se encontrar nos relatórios selecionados informações que mostrassem a maneira com que estas empresas investiam para a preservação ou restauração do meio ambiente.

Os resultados gerais indicam que as informações para medir os quesitos do modelo são limitadas, uma vez que ambas as empresas se empenharam mais em mostrar suas

intenções e seus projetos para a melhoria da natureza, atribuindo um caráter qualitativo às informações.

Espera-se que esta pesquisa possa contribuir com a atual agenda de órgãos reguladores nacionais e internacionais a respeito da divulgação de informações ambientais à sociedade como forma de prestação de contas (*accountability*) das suas atividades.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Contabilidade Ambiental

A contabilidade ambiental tem o papel de mensurar os eventos ambientais que afetam o patrimônio da empresa e o efeito deles em relação a posição econômica da mesma. É de suma importância que a evidenciação dos eventos tais como: gastos preventivos, despesas com recuperação de áreas degradadas, acidentes ambientais, dentre outros, deva seguir as orientações, as interpretações e pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis. As informações disponibilizadas aos usuários devem ser compreensíveis, relevantes, confiáveis e passíveis de comparação entre períodos para assim atender as características qualitativas das demonstrações contábeis.

Bergamini (1999, p. 3) destaca que

A contabilidade ambiental tem o objetivo de registrar as transações de empresa que impactam o meio ambiente e os efeitos das mesmas que afetam, ou deveriam afetar, a posição econômica e financeira dos negócios da empresa, devendo assegurar que: a) os custos, os ativos e os passivos ambientais estejam contabilizados de acordo com os princípios fundamentais da contabilidade ou, na sua ausência, com as práticas contábeis geralmente aceitas; e b) o desempenho ambiental tenha a ampla transparência de que os usuários da informação contábil necessitam. (BERGAMINI, 1999, p.3)

É papel da contabilidade ambiental, segundo Gray (1993, *apud* Nossa, 2002, p. 58) abranger os seguintes temas:

- Contabilidade para obrigações/risco contingentes;
- Contabilidade para reavaliação de ativos e projeções de capitais;
- Análise de custo nas áreas-chaves tais como energia, desperdício e proteção ambiental;
- Avaliação de investimento para incluir fatores ambientais;
- Desenvolvimento de novos sistemas de contabilidade e informação;
- Avaliação dos custos e benefícios de programas de melhoramentos ambientais;
- Desenvolvimento de técnicas contábeis nas quais se expressam os ativos, as obrigações, e os custos em termos ecológicos (não-financeiros);

Paiva (2003, p.13), elucida o assunto com a seguinte afirmação:

Cabe à Contabilidade a formulação de parâmetros de mensuração e registro que permitam o acompanhamento da convivência da empresa com o meio ambiente e a evolução econômica e patrimonial da tal relação, no decorrer do tempo.

Sendo assim, é visível que a contabilidade, como uma ciência social aplicada não pode deixar de mensurar, também, os eventos ambientais.

2.1.1 Responsabilidade Ambiental

A sociedade começou a exigir das empresas uma maior responsabilidade ambiental. (Costa e Marion, 2006, p.21). A década de 1990 pode ser considerada como um marco inicial do desenvolvimento sustentável, com a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento – RIO 92, no Rio de Janeiro. A problemática a ser tratada envolvia, entre outros temas, a emissão de CO₂ e a conservação das florestas.

A ISO 14000, também conhecido como “selo verde”, se refere a uma certificação ambiental que visa uniformizar os procedimentos de qualidade que abrangem o meio ambiente. Ele teve início com o British Standard (BS7750), na Inglaterra – primeiro país a emitir normas para orientar a gestão ambiental das empresas. Esta norma busca uniformizar o comportamento e as ações das empresas no que se refere a sua interação com o meio ambiente, no qual seus produtos serão consumidos e seus restos descartados. (FERREIRA, 2006, p. 35; RIBEIRO, 2006, p 145).

A expressão desenvolvimento sustentável pode ser entendida como a utilização dos “recursos renováveis naturais de maneira a não degradá-los ou eliminá-los, ou diminuir sua utilidade para as gerações futuras. Implica usar os recursos minerais não renováveis de maneira tal que não necessariamente se destrua o acesso a eles pelas gerações futuras”. (BARONE, 1992, *apud* FERREIRA, 2006, p. 17).

2.2 Ativo Ambiental

Devido a não unificação do modelo de demonstrações ambientais, muitas são as classificações para os termos relacionados à contabilidade ambiental. O ativo ambiental pode ser definido como gastos relacionados ao meio ambiente que estão sujeitos à amortização e capitalização durante o período presente e os futuros, que se enquadram nos critérios de classificação de um ativo, conforme confirma Ribeiro (2006, p. 63): “o Ativo Ambiental pode ser entendido como os gastos ambientais capitalizados e amortizados, durante o período corrente e os futuros, porque satisfazem os critérios para reconhecimento como ativo.

Já para Bergamini Junior (1999, p. 6):

Um ativo é um recurso controlado por uma empresa que surge de eventos passados e de onde são esperados futuros fluxos de benefícios econômicos diretos ou indiretos para a empresa, através de: aumento da capacidade ou aumento da segurança ou eficiência de outros ativos próprios da empresa; redução ou prevenção de provável contaminação ambiental resultante de futuras operações; ou, ainda, conservação do meio ambiente.

Na sua visão, o ativo ambiental consiste em bens que poderão gerar benefícios futuros para a empresa, aumentando a sua capacidade econômica, uma vez que ela estará prevenindo futuras contaminações devido ao seu desempenho ou até mesmo conservando o meio ambiente.

2.3 Passivo Ambiental

Em relação à mensuração de passivos ambientais, muitas são as divergências para seu reconhecimento. Para Botelho e Carneiro (2005, p. 3):

Apesar de muitas empresas possuírem passivo ambiental, não quer dizer que essas empresas estão causando dano ao meio ambiente. Muitas empresas, nas suas atividades normais, produzem resíduos que não são reutilizados e outras que querem

proteger ou recuperar áreas agredidas ou até mesmo reutilizar posteriormente a área que já foi utilizada pela mesma.

Por conseguinte, uma empresa possuir um passivo ambiental não significa dizer que ela está prejudicando o meio ambiente. Este subgrupo do balanço patrimonial das empresas pode estar relacionado com a ação voluntária de empresas que querem recuperar áreas agredidas ou até mesmo reutilizar uma área já utilizada pela mesma.

A contabilidade também deve evidenciar as suas obrigações relacionadas com o meio ambiente, incluindo o valor gasto com o cumprimento das mesmas, as quais devem ser contabilizadas no passivo ambiental. Este termo se refere aos benefícios econômicos ou as atividades necessárias para preservar, proteger e recuperar o meio ambiente, de modo a propiciar o desenvolvimento sustentável. O seu reconhecimento também pode ser feito em decorrência de condutas incompatíveis com a preservação ambiental (RIBEIRO, 2006, p.75).

Bergamini Junior (1999, p. 6) afirma que:

Um passivo ambiental deve ser reconhecido quando existe uma obrigação por parte da empresa que incorreu em um custo ambiental ainda não desembolsado, desde que atenda ao critério de reconhecimento como uma obrigação. Portanto, esse tipo de passivo é definido como sendo uma obrigação presente da empresa que surgiu de eventos passados.

Portanto, sempre que existir uma obrigação, que possa ser definida como tal, e que decorra de um custo ambiental ainda não pago de um evento passado da empresa, estaremos diante de um passivo ambiental.

A contabilização de passivos ambientais para os usuários da contabilidade mostra o quanto a empresa se preocupa com a consequência de suas atividades. Por isso quanto mais transparente for as demonstrações contábeis melhor é a imagem da empresa perante a sociedade, como mostra Ribeiro (2006, p. 122):

Os passivos ambientais devem ser informados em subgrupo específico das exigibilidades. Sua composição e seus respectivos valores deverão ser discriminados em notas explicativas às demonstrações contábeis. No entanto, se houver uma obrigação relevante, em termos de valor e natureza, deverá ser contabilizada e evidenciada no balanço patrimonial em conta específica.

Obrigações de natureza ambiental, não passíveis de mensuração, devem constar das notas explicativas, bem como o motivo pelo qual não podem ser mensuradas, quando houver alto grau de probabilidade de sua efetiva exigibilidade, e o momento em que se espera quitar essa obrigação.

2.4 Gastos Ambientais

Os gastos são divididos em dois grupos: custos e despesas. Quando relacionados diretamente com a produção são classificados como custo, por outro lado, quando forem relacionados de forma indireta são classificados como despesa. (SANTOS; SILVA; SOUZA, 2001, p. 93).

Assim as despesas ambientais são consideradas como os gastos relacionados com o gerenciamento ambiental, que foram utilizados e incorridos na área administrativa. As empresas necessitam de departamentos de recursos humanos, ou de compras, financeiro, de recepção e almoxarifado, os quais devem desenvolver atividades visando à proteção do meio ambiente. Os custos ambientais por sua vez, resultam de gastos relacionados com a proteção do meio ambiente, visando gerenciar, de forma ecologicamente correta, os impactos da atividade da empresa no meio ambiente (RIBEIRO, 2006, p.50).

3. METODOLOGIA

3.1 Escolha do setor

Dentre os setores que mais agredem o meio ambiente, o de papel e celulose possui grande destaque. Desde o início de seu processo de produção até o final de seu ciclo de vida este setor mostra-se como um grande gerador de insumos, resíduos e produtos com alto teor poluente. Conforme afirma Paiva (2003, p. 77):

A indústria de papel e celulose apresenta grande potencial de danos à natureza em seu processo produtivo. A tendência de geração de poluição é inerente às suas atividades por envolver, em seus processos produtivos, produtos químicos e materiais não biodegradáveis.

3.2 Escolha das empresas

No ramo econômico da produção de celulose e papel, sete empresas (CELULOSE IRANI S.A.; CIA MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO; FIBRIA CELULOSE S.A.; KLABIN S.A.; SANTHER FAB DE PAPEL STA THEREZINHA S.A.; SUZANO HOLDINGS S.A.; SUZANO PAPEL E CELULOSE S.A.) publicam suas demonstrações no site da Bolsa de Valores de São Paulo. Entretanto, foram escolhidas, para análise, a Aracruz Celulose S.A. (Aracruz) e Votorantim Celulose e Papel S.A. (VCP), empresas brasileiras com forte presença no mercado global que utilizam produtos florestais.

Outro fator que motivou a análise dessas empresas, é que no período anterior a fusão da Aracruz com a VCP, elas divulgavam suas demonstrações contábeis no mercado norte-americano, na Bolsa de Valores de Nova York, submetidas à *Securities and Exchange Commission* (SEC), fator que poderia aumentar o grau de evidenciação ambiental dessas empresas..

Os riscos ambientais que essas empresas podem causar, durante todo o processo de sua produção, são os mais variados possíveis (PAIVA, 2003, p.77):

- As etapas de florestamento e reflorestamento exigem estudos do ecossistema e seus impactos;
- A extração também exige cuidados especiais, dado que mutilará parcial e temporariamente determinada área;
- O processo produtivo pode constituir uma das etapas mais nocivas, caso o controle e o tratamento de resíduos não sejam efetivos;
- Os resíduos gerados no final do ciclo de vida dos produtos são um dos principais responsáveis pelos transtornos causados nos centros urbanos;

Atualmente, estas duas empresas se uniram e deram origem a Fibria Celulose S.A. Os relatórios utilizados na análise referem-se aos períodos anteriores da fusão, fase em que as demonstrações destas empresas eram publicadas separadamente na Bolsa de Valores de São Paulo.

3.3 Análise de Conteúdo

O presente estudo foi desenvolvido utilizando como base a técnica de análise de conteúdo. Este método é definido por Bardin (1977, p. 42) *apud* Nossa (2002, p. 173):

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo das mensagens,

indicadores quantitativos ou não, que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) das mensagens.

A análise de conteúdo consiste em levantar dados para analisar a amostra e a partir disso saber interpretá-los, utilizando um modelo que permita a quantificação dos dados. No caso, deste estudo, será adotado o modelo proposto por Paiva com algumas adaptações.

3.4 Modelo de Análise

O modelo tomado como base na análise dos dados foi o proposto por Paiva (2003, p. 86), entretanto foram feitas algumas adaptações no mesmo. No modelo original, o autor analisa além do Relatório da Administração e das Notas Explicativas, os Quadros e Tabelas Complementares e as Páginas da internet de cada empresa. Na adaptação, os dois últimos quesitos são substituídos pelos Problemas Ambientais disponíveis no site da BM&FBovespa.

Por meio dele, buscou-se analisar os principais relatórios publicados pelas empresas Aracruz e Votorantim. Os relatórios a serem analisados são: as Demonstrações Financeiras Padronizadas, especificamente: relatório da administração, notas explicativas, e as Informações Anuais, especificamente os problemas ambientais divulgadas no site da BM&FBovespa.

Os relatórios serão questionados e analisados nos seguintes pontos:

Quadro 3.1: Interesse na informação e questionamentos formulados

	Interesse na informação	Questionamento
1	Tipificação	Foram efetuados em prevenção ou remediação?
2	Situação no espaço e no tempo	Há referências sobre o reconhecimento do fato gerador e quais exercícios serão beneficiados/impactados?
3	Finalidade dos gastos	As informações esclarecem a finalidade dos gastos?
4	Quantificação monetária	Os gastos são expressos monetariamente?
5	Impacto econômico	São demonstrados os impactos presentes e as expectativas futuras desses gastos?
6	Informações Qualitativas	Há informações qualitativas sobre os gastos com o meio ambiente?

Fonte: Adaptado de Paiva (2003, p. 82).

Para a atribuição de pontos em cada tópico, a tabela abaixo foi usada como modelo para mensuração do grau de evidenciação ambiental:

Quadro 3.2: Conceitos e respectivas notas

Conceito	Nota
O item relacionado não é pertinente a esta Empresa ou às Demonstrações.	Sem Nota
O item relacionado não está apresentado de forma alguma	0
O item relacionado está apresentado de forma incompleta, não propiciando seu completo entendimento.	1
O item relacionado está apresentado de forma simples	2
O item relacionado está bem evidenciado de forma a evidenciar os eventos.	3
O item relacionado está muito bem apresentado, e evidencia com clareza os eventos.	4
O item relacionado está excepcionalmente bem apresentado, evidenciando com clareza os eventos e proporcionando adequada interpretação dos mesmos.	5

Fonte: Adaptado de Paiva e Vicente (1998) *apud* Paiva (2003, p. 82).

Diante dessa classificação, cada tópico poderá receber um valor máximo de 15 pontos, que percentualmente equivale a 100%. Portanto, a empresa que possuir até 33% dos pontos em cada tópico tem seu grau de evidênciação baixo. Quando alcançar de 34% a 66% seu grau de evidênciação é considerado médio, e se obter percentual acima 67% dos pontos mostra que seu grau de evidênciação é alto.

4. ANÁLISE DOS DADOS

Uma análise inicial sobre a evidênciação ambiental das empresas nos anos de 2006 a 2008 mostra que muito pouco tem sido mostrado à sociedade a respeito dos gastos com prevenção e recuperação do meio ambiente. As tabelas com os resultados obtidos que validam esta conclusão são apresentadas a seguir:

Tabela 4.1: Resumo dos dados obtidos com a pesquisa da Empresa Votorantim Celulose e Papel S.A.

Resultados da primeira parte da pesquisa	Ano	DFP - Relatório da administração	DFP - Notas explicativas	IAN - Problemas Ambientais	Totais	Possíveis	% Alcançado
Tipificação	2006	0	0	0	0	15	0,00%
	2007	0	0	0	0	15	0,00%
	2008	0	0	1	1	15	6,66%
Situação no espaço e no tempo	2006	0	0	0	0	15	0,00%
	2007	0	0	0	0	15	0,00%
	2008	0	0	1	1	15	6,66%
Finalidade dos gastos	2006	0	0	1	1	15	6,66%
	2007	0	0	1	1	15	6,66%
	2008	0	0	1	1	15	6,66%
Quantificação monetária	2006	0	0	1	1	15	6,66%
	2007	0	0	1	1	15	6,66%
	2008	0	0	1	1	15	6,66%
Impactos Econômicos	2006	0	0	0	0	15	0,00%
	2007	0	0	0	0	15	0,00%
	2008	0	0	0	0	15	0,00%
Informações Qualitativas	2006	1	0	2	3	15	20,0%
	2007	2	0	2	4	15	26,66%
	2008	1	0	2	3	15	20,0%

A empresa VCP, no ano de 2006, não evidenciou com clareza, em suas demonstrações, os aspectos referentes ao meio ambiente. A maior parte dos dados divulgados possui características qualitativas, correspondendo a 20% do total de pontuação possível. Sendo o máximo de quinze pontos que cada tópico pode atingir, a empresa conseguiu três pontos no tópico *informações qualitativas*.

Em relação aos tópicos *Finalidade dos Gastos e Quantificação Monetária*, no ano de 2007, a empresa somente divulgou informações sobre seus gastos com o meio ambiente no relatório de problemas ambientais. A porcentagem obtida foi de 6,6% por tópico, a mesma do ano anterior.

Com a publicação da Lei 11.638, de 28 de dezembro de 2007, que estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações

financeiras, é visível o aumento na evidenciação monetária dos gastos e investimentos da empresa VCP em dois dos tópicos no ano de 2008. O aumento parece insignificante, mas não havia sido feita nenhuma menção anterior a seu respeito. O relatório do IAN – Problemas Ambientais é o que melhor expressa esse resultado. Percebe-se também um aumento no número de páginas deste mesmo relatório, de 14 para 18.

Tabela 4.2: Resumo dos dados obtidos com a pesquisa da Empresa Aracruz Celulose S.A.

Resultados da primeira parte da pesquisa	Ano	DFP – Relatório da administração	DFP - Notas explicativas	IAN - Problemas Ambientais	Totais	Possíveis	% Alcançado
Tipificação	2006	0	0	0	0	15	0,00%
	2007	0	0	0	0	15	0,00%
	2008	0	0	0	0	15	0,00%
Situação no espaço e no tempo	2006	0	0	0	0	15	0,00%
	2007	0	0	0	0	15	0,00%
	2008	0	0	0	0	15	0,00%
Finalidade dos gastos	2006	0	0	0	0	15	0,00%
	2007	0	0	0	0	15	0,00%
	2008	0	0	0	0	15	0,00%
Quantificação monetária	2006	0	0	1	1	15	6,66%
	2007	0	0	1	1	15	6,66%
	2008	0	0	1	1	15	6,66%
Impactos Econômicos	2006	0	0	0	0	15	0,00%
	2007	0	0	0	0	15	0,00%
	2008	0	0	0	0	15	0,00%
Informações Qualitativas	2006	1	0	2	3	15	20,0%
	2007	1	0	2	3	15	20,0%
	2008	1	1	2	4	15	26,66%

Ao contrário do que ocorre com a Aracruz, a VCP apresenta valores monetários para evidenciar seus investimentos e iniciativas para o controle de poluição, dividindo-os em internos e externos. Já a Aracruz evidencia seus gastos monetários somente direcionado às suas multas, sem aprofundar-se nas suas atitudes para conservar o meio ambiente. Apesar desta diferença, ambos as informações são incompletas, sem muitas especificações.

Para a empresa Aracruz, a publicação da Lei mencionada acima não acarretou em mudanças na forma de evidenciar os gastos ambientais. Pelo que pode-se perceber, a tabela referente à empresa não sofreu modificações relevantes no decorrer do período analisado. O tópico que possui maior ênfase é *Informações Qualitativas*, com um aumento de 6,6%.

Uma peculiaridade encontrada no relatório Problemas Ambientais da empresa Aracruz, nos três anos analisados, é a evidenciação de uma mesma multa tomada em 2005. De 2006 a 2008 somente esta multa aparece como valor monetário, sendo a única informação que possibilitou a atribuição de nota no tópico *Quantificação Monetária*.

Por fim, observou-se que muito foi comentado, por parte das duas empresas, em “economia de água, prevenção de animais em extinção, tratamento de efluentes líquidos, sólidos e gasosos, diminuição da quantidade de energia gasta, incluindo a utilização de novas fontes renováveis de energia”.

5. CONCLUSÃO

O presente artigo buscou definir o grau de evidenciação ambiental das empresas Aracruz e VCP. Para isso, foram analisadas seus Relatórios da Administração, suas Notas Explicativas e seus relatórios de Problemas Ambientais no período de 2006 a 2008.

Verificou-se que a maior parte das informações divulgadas é de caráter qualitativo. Nas Notas Explicativas, das duas empresas, apenas a da Aracruz, no ano de 2008, apresentou alguns poucos dados relacionados às suas atitudes em benefício do meio ambiente. Nos Relatórios da Administração e nos relatórios de Problemas Ambientais, com destaque para este segundo, as informações analisadas não apresentam quantificação monetária. As empresas se preocuparam em demonstrar suas intenções e seus projetos para a reestruturação ambiental.

Nenhuma das empresas atingiu, em nenhum dos tópicos, porcentagem superior a 34%. Isso mostra o baixo grau de evidenciação que as empresas possuem. Os dados são poucos e incompletos, fazendo com que as informações transmitidas aos usuários sejam superficiais, de modo a não mostrarem transparência na evidenciação.

Conclui-se que, tratando-se de empresas que possuem suas atividades diretamente dependentes do meio ambiente, pouco foi mostrado aos seus investidores e à sociedade o quanto está sendo realmente financeiramente dispendido com reparos às degradações do meio ambiente. Além disso, a evidenciação ambiental não ocorre de maneira uniforme, dificultando a análise criteriosa dos dados. Dessa maneira, não é possível inferir se as empresas estão se utilizando da discricionariedade para selecionar as informações ambientais que serão divulgadas ou se os *stakeholders* consideram suficientes as informações divulgadas, fatores que podem ser analisados em estudos futuros.

Deve-se ressaltar que a não uniformização da evidenciação ambiental não é uma falha inerente de cada empresa, mas sim, possivelmente, da falta de uma regulamentação específica que defina a regularização dessa evidenciação. Além disso, existem modelos que permitem essa evidenciação, porém não são obrigatórios, diminuindo o grau de evidenciação e selecionando as informações divulgadas de maneira que possam beneficiar a empresa.

REFERÊNCIAS

ASSOCIATED PRESS. Cúpula de Cancún surpreende na reta final e toma decisões sobre clima. Folha de São Paulo 11 dez. 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ambiente/844292-cupula-de-cancun-surpreende-na-reta-final-e-toma-decisoes-sobre-clima.shtml>>. Acesso em 27 dez. 2010.

BERGAMINI JÚNIOR, Sebastião. Contabilidade e Riscos Ambientais. **Revista do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)**. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/revista/rev1105.pdf>. Acesso em: 03 out. 2009.

BOLSA DE VALORES DE SÃO PAULO. **BOVESPA**. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/home.aspx?idioma=pt-br>>. Acesso em : 17 out. 2009.

BOTELHO, Ducineli Régis; CARNEIRO, Andréa Cristina de Jesus. Critérios de Mensuração, Reconhecimento e Evidenciação do Passivo Ambiental: um Estudo de Caso na PETROBRÁS. In: 3º Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade, 2006, São

Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2006. Disponível em: <<http://www.congressoeac.locaweb.com.br/artigos32006/83.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2009.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento conceitual básico estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis.** Disponível em: <http://www.cpc.org.br/pdf/pronunciamento_conceitual.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2010.

COSTA, Rodrigo Simão da; MARION, José Carlos. A Uniformidade na Evidenciação das Informações Ambientais. Revista **Contabilidade & Finanças FIPECAFI – FEA – USP.** Disponível em: <http://www.eac.fea.usp.br/cadernos/completos/cad43/rodrigo_marion_pg20a33.pdf>. Acesso em: 22 out. 2009.

FERREIRA, Aracéli Cristina de Sousa, **Contabilidade Ambiental** – Uma Informação para o Desenvolvimento Sustentável. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

NOSSA, Valcemiro. **Disclosure Ambiental:** uma Análise do Conteúdo dos Relatórios Ambientais de Empresas do Setor de Papel e Celulose em Nível Internacional. 2002. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) – Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. Disponível em : <<http://www.teses.usp.br/>>. Acesso em: 03 out. 2009.

ONDE ESTÁ O VERDE? Greenpeace, Brasil, 2009. Disponível em <<http://www.greenpeace.org/brasil/pt/Noticias/onde-esta-o-verde/>>. Acesso em: 28 de junho de 2009.

PAIVA, Paulo Roberto. **Contabilidade Ambiental** – Evidenciação dos Gastos Ambientais com Transparência e Focada na Prevenção. São Paulo: Atlas, 2003.

REUTERS: ONU pede a países redução de CO2 para cumprir meta de Cancún. 20 dez. 2010. Disponível em: <<http://br.reuters.com/article/topNews/idBRSPE6BJ0CB20101220?sp=true>>. Acesso em: 27 dez. 2010.

RIBEIRO, Maisa de Souza. **Contabilidade Ambiental.** São Paulo: Saraiva, 2006.

SANTOS, Adalto de Oliveira; SILVA, Fernando Benedito da; SOUZA, Synval de. Contabilidade Ambiental: Um Estudo sobre sua Aplicabilidade em Empresas Brasileiras. **Revista Contabilidade & Finanças FIPECAFI – FEA – USP.** Disponível em: <http://www.eac.fea.usp.br/cadernos/completos/cad27/Revista_27_parte_7.pdf>. Acesso em 05 nov. 2009.

VALENCIA, Maria Clara Valencia. Cúpula de Cancún termina com acordo. O Eco. 11 dez 2010. Disponível em: <<http://www.oeco.com.br/reportagens/24640-cupula-de-cancun-termina-com-acordo>>. Acesso em: 27 dez. 2010.